

**Curso de Especialização Académica**

**Direito das Famílias, Crianças e Jovens**

**A Afetividade e o Cuidado como Valores Jurídicos na perspectiva  
luso-brasileira**

**19 a 23 de Janeiro de 2026**

**Programa do curso**

**DIA 19**

**1º dia. Aula I – 3h – manhã**

**09h – 10:30h** – Paula Távora Vítor

**10:30h – 12h** – Rodrigo da Cunha Pereira e Maria Berenice Dias (on line)

*A Afetividade e o Cuidado no Direito das Famílias*

**1º dia. Aula II – 3h – tarde**

**13h45** – História da UC e *Visita Guia*

**DIA 20**

**2º dia. Aula III – 3h - manhã**

**09h – 10:30h** – Paulo Guerra

**10:30h – 12h** – Ana Gerbase

*O cuidado e a função social dos operadores jurídicos*

**2º dia. Aula IV – 3h – tarde**

**14h – 15:30h** – Madalena Alarcão

**15:30h – 17h** – Ana Gerbase

*Relações Parentais – Impacto Jurídico e Aspectos Psicológicos e Sociais*

## **DIA 21**

### **3º dia. Aula V – 3h - manhã**

**09h – 10:30h** – Eugénia Amaral

**10:30h – 12h** – Ricardo Calderón

*Filiação e Registro Civil*

### **3º dia. Aula VI – 3h – tarde**

**14h – 15:30h** – Rosa Cândido Martins

**15:30h – 17h** – Fernanda Barretto

*Novas Configurações Familiares: Aspectos práticos e temas polêmicos*

## **DIA 22**

### **4º dia. Aula VII – 3h – manhã**

**09h – 10:30h** – Ana Rita Alfaiate

**10:30h – 12h** – Silvana do Monte Moreira

*A predominância do Afeto nas adoções intuitu personae*

### **4º dia. Aula VIII – 3h – tarde**

**14h – 15:30h** – Ana Rita Alfaiate

**15:30h – 17h** - Silvana do Monte Moreira

*Efeitos jurídicos da parentalidade adotiva*

## **DIA 23**

### **5º dia. Aula IX – 3h – manhã**

**09h – 10:30h** – Chandra Gracias

**10:30h – 12h** – Ana Carla Harmatiuk Matos

*Abandono Material e Afetivo*

### **5º dia. Aula IX – 3h – tarde**

**14h – 15:30h** – Paula Távora Vitor e Carla Barbosa

**15:30h – 17h** – Patrícia Sanches

*Relações Digitais - Afeto e Cuidado*

## **PROGRAMA DAS DISCIPLINAS**

### **1. *A Afetividade e o Cuidado no Direito das Famílias***

Introdução da Afetividade no Direito. Afetividade e Direito das Famílias. Conceito de cuidado e sua aplicação no Direito. Reconhecimento jurídico das famílias socioafetivas. Afetividade e convivência familiar: o direito à convivência e o dever de cuidado. O direito ao cuidado e sua relação com os direitos fundamentais. O cuidado na perspectiva da proteção de vulneráveis: crianças, idosos e pessoas com deficiência. Intersecções entre Afetividade e Cuidado. Afetividade e cuidado nas relações parentais e conjugais.

### **2. *Relações Digitais - Afeto e Cuidado***

Implicações ético-jurídicas, sociais e emocionais do uso da inteligência artificial (IA) em interações humanas, especialmente nas relações digitais de afeto. A disciplina visa compreender como a IA influencia e modifica as dinâmicas de afeto, confiança e responsabilidade nas relações digitais, bem como as responsabilidades éticas associadas ao desenvolvimento e implementação dessas tecnologias.

### **3. *O cuidado e a função social dos operadores jurídicos***

Definição e importância do cuidado na prática jurídica. A função social dos advogados e demais profissionais da Justiça. O cuidado na preservação dos laços familiares como objetivo central do exercício da advocacia no Direito das Famílias.

### **4. *Relações Parentais – Impacto Jurídico e Aspectos Psicológicos e Sociais***

Definição e tipos de relações parentais. Os impactos jurídicos, psicológicos e sociais das relações parentais. Importância das relações parentais no desenvolvimento infantil. Guarda, Convivência familiar e regulamentação da paternidade. Consequências psicológicas da falta de relações parentais saudáveis. A influência do contexto social nas relações parentais. Redes de apoio e sua importância na estrutura familiar.

### **5. *Filiação e Registro Civil***

Filiação e os vínculos biológicos, registrais, presuntivos, socioafetivos e adotivos. Alterações nos relacionamentos familiares contemporâneos e os novos conceitos do direito das famílias. Posse de estado de filho: nome, tratamento e fama. Registro extrajudicial de vínculos socioafetivos. Direito ao conhecimento da ascendência genética e direito de filiação.

### **6. *Novas Configurações Familiares: Aspectos práticos e temas polêmicos***

Mudanças nas configurações familiares e suas implicações sociais. Reconhecimento legal das diferentes configurações familiares. Igualdade de gênero nas relações familiares. Preconceito e estigmas sociais. Desafios legais, sociais e emocionais enfrentados pelas novas configurações familiares. Políticas públicas que apoiem e respeitem a diversidade familiar.

### **7. *A predominância do Afeto nas adoções intuitu personae***

Introdução ao Processo de Adoção. Direitos e deveres dos adotantes e adotados. Processo de vinculação afetiva entre adotantes e adotados. Adoção tardia: especificidades e cuidados necessários. Devolução na adoção e suas causas. Aspectos legais da devolução: possibilidades

e consequências jurídicas. Consequências legais para os adotantes em caso de devolução. Direitos e proteção da criança e do adolescente após a devolução. Responsabilidade civil dos adotantes: indenização por danos morais e materiais. Reintegração à família biológica e novos processos de adoção.

**8. *Efeitos jurídicos da parentalidade adotiva***

Direitos e deveres dos pais adotivos. A relação entre a criança e sua família adotiva e biológica.  
...

**9. *Abandono Material e Afetivo***

Aplicação da responsabilidade civil nas relações familiares. O papel dos vínculos afetivos na configuração da responsabilidade civil. Evolução jurisprudencial da responsabilidade civil no âmbito familiar. Abandono Material: definição e caracterização do abandono material. Obrigações alimentares: fundamentos legais e direitos dos dependentes. Consequências jurídicas do inadimplemento das obrigações alimentares. Abandono Afetivo: Conceito de abandono afetivo e sua relevância jurídica. Análise do princípio da afetividade no contexto das relações familiares. Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo: danos morais e materiais.

**Currículo abreviado dos Docentes Portugueses**

1. *Paula Távora Vítor:* Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 2017, e onde leciona Direito da Família e de Direito das Sucessões. É Presidente da Direção do Centro de Direito da Família e investigadora do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra. É membro do *Executive Council* da *International Society of Family Law* (ISFL) e do *Coordinating Group* de *Family Law in Europe Academic Network* (FL-EUR). É ainda membro do Conselho Redatorial de *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, bem como da *Revista Family & Law*. É co-autora de projetos de reforma legislativa na área da capacidade dos adultos e integrou o Grupo de Trabalho de revisão da Lei de Saúde Mental. É autora de monografias e artigos em língua portuguesa e inglesa sobre temas de Direito da Família, Direito das Pessoas e Direito das Sucessões.
2. *Carla Barbosa:* Licenciada em Direito; pós-graduada em Direito da Medicina; pós-graduada em Direito da Farmácia e do Medicamento; frequência de pós-graduação em Direito da Banca, Bolsa e Seguros; Mestre em Direito e Bioética e frequenta o doutoramento na Univ. de Maastricht. Advogada, há 17 anos, com foco de atuação na área do direito da saúde e da proteção dos dados pessoais. Investigadora e associada do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Membro do Conselho Redatorial da *Lex Medicinæ – Revista Portuguesa de Direito da Saúde*. Investigadora do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na linha Vulnerabilidade e Direito. Membro da Comissão de Ética para a Saúde da ARSCentro; Membro da comissão de aconselhamento para elaboração da norma sobre Consentimento Informado da DGS. Docente em diversos Cursos de Licenciatura, Pós-graduação, cursos de Mestrado e Cursos de Doutoramento sobre temas de Direito da Medicina. Autora e coautora de diversos artigos (em publicações nacionais

e internacionais) sobre direito da saúde, privacidade e proteção de dados.

3. Paulo Guerra: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1981-1986).

É Juiz de Direito desde 1988, actualmente colocado, como Juiz Desembargador, no Tribunal da Relação de Coimbra.

É autor de várias obras jurídicas no âmbito do Direito de Família e das Crianças.

Foi docente do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), durante 6 anos, nesta Área, tendo sido durante 3 anos Coordenador da Área.

Foi Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura (de 2004-2007).

Foi conferencista em mais de 700 Seminários/Encontros/Congressos.

Foi Formador em 69 Acções de Formação, em Portugal, em Espanha, em França, Macau e em Moçambique.

É formador convidado em Pós-Graduações e Mestrados em várias Universidades portuguesas.

Foi o Representante do Estado Português – indicado pelo Governo - (durante a Presidência da União Europeia – de 1/7 a 31/12/2007), presidindo, em Bruxelas, ao Grupo de Trabalho do Comité do Direito Civil da União Europeia que incidiu sobre o regulamento comunitário sobre obrigações alimentares (o Regulamento 4/2009, de 18 de Dezembro de 2008, *relativo à competência, à lei aplicável, reconhecimento e execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares*).

Foi participante, enquanto Representante de PORTUGAL (e subsequente coordenador das posições dos 27 países da União Europeia) nas negociações com vista à conclusão da nova Convenção da Haia sobre cobrança de Alimentos devidos a menores e a outros membros da família (e respectivo Protocolo sobre Lei aplicável a estas obrigações alimentares), entre 5 e 23 de Novembro de 2007 na Haia (no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado), tendo assinado, juntamente com o Embaixador de Portugal na Haia, a dita Convenção e Protocolo em 23/11/2007.

É Associado do Centro de Direito da Família (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) e membro do Observatório Permanente da Adopção (do CDF – Coimbra).

Trabalha há muito no mundo das Crianças, ramo jurídico que sempre o apaixonou e que tem recebido há largos anos o melhor dos seus cantos judiciais, considerando-se um trabalhador da infância.

Com 20 anos, foi galardoado com o I Prémio Literário da Associação Académica de Coimbra, tendo ganho outros prémios pela sua escrita.

Colaborou durante seis anos nas páginas do «Jornal de Leiria», onde fazia crítica cinematográfica (coluna «Condição Cine-qua-non»), tendo ainda feito programas de radio na então Radio Clube de Leiria.

Foi fundador de um jornal regional.

Conserta os brinquedos dos seus sobrinhos.

Sofre de uma doce doença chamada cinefilia.

Tem um blogue.

Sempre escreveu.

E continua a escrever...

4. Madalena Alarcão: Doutorada em Psicologia Clínica pela Universidade de Coimbra. Professora Associada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da mesma universidade (FPCEUC).

É terapeuta familiar e membro supervisor da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar, formadora nos programas Mais Família, Mais Jovem e Crianças no Meio do Conflito e coautora deste último.

Os seus interesses de investigação e atividade docente organizam-se em torno da família e da promoção do seu bem-estar. Adotando uma perspetiva sistémica, tem investigado nas áreas da educação parental, das competências parentais, da violência familiar, das redes sociais e do processo terapêutico. Juntamente com Dora Pereira, adaptou o Guia de Avaliação das Capacidades Parentais, tendo vindo a investigar sobre a sua validade e sobre o processo de supervisão na área da promoção e proteção.

5. Ana Rita Alfaiate: Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, instituição onde se licenciou (2004), fez mestrado (2009) e doutorou (2016). É também Professora Auxiliar da Universidade Portucalense. É investigadora do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e do Centro de Direito da Família da mesma Faculdade. É membro da Direcção do Centro de Direito da Família, membro do Conselho Redactorial da Lex Familiae, membro da Comissão Organizadora da Bienal de Jurisprudência em Direito da Família e full member da International Society of Family Law e da Association Internationale de Droit Pénal. Publicou o livro A relevância penal da sexualidade dos menores, co-coordenou a Anotação ao Regime Jurídico do Processo de Adopção e é autora de diversos capítulos de livros e artigos científicos. Tratou, na sua dissertação de doutoramento, O problema da responsabilidade penal dos inimputáveis por minoridade. As suas áreas de interesse são o direito penal, o direito da família, o direito das sucessões e o direito das crianças e jovens.
6. Chandra Gracias: Juiz Desembargadora no Tribunal da Relação de Coimbra (Secção Cível e do Comércio). Exerceu a docência no Centro de Estudos Judiciários, na área do Direito da Família e das Crianças. Foi Assessora no Supremo Tribunal de Justiça (Secções Criminais, do Contencioso e Tribunal de Conflitos). Habilitada com o Curso para Juiz Presidente. Tem formação académica específica em Mediação e Justiça Restaurativa, Filiação, Adopção e Protecção de Menores, Justiça Juvenil, e em Perspectiva de Género. Tem artigos publicados em revistas jurídicas, bem como é co-autora, entre outros, do Regime Geral do Processo Tutelar Cível e do Regime Jurídico do Processo de Adopção, ambos da Almedina Editores, do Manual de Justiça Juvenil e de Justiça Penal, Edições Húmus, e dos Contributos para uma (Urgente) Reforma da Justiça, da Nova Causa Edições Jurídicas. Oradora em seminários e conferências nacionais e internacionais, e docente convidada em cursos de licenciatura, pós-graduação, especialização e mestrado. Formadora certificada do Programa HELP (European Programme for Human Rights Education for Legal Professionals), do Conselho da Europa, para o curso da «Justiça Amiga das Crianças» (Child Friendly Justice), e tutora do mesmo.
7. Eugénia Amaral: Conservadora de Registos, Doutoranda em Direito (ramo de Direito Civil) – FDUC, Licenciada e Mestre em Direito – FDUC, Pós-graduada - “Digitalização na Administração Pública” - ISCTE e Coautora e autora de publicações nas áreas dos regulamentos europeus, responsabilidade civil e cadastro predial.

### **Currículo abreviado dos Docentes Brasileiros**



1. Rodrigo da Cunha Pereira: Presidente Nacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões com ênfase interdisciplinar em psicanálise. Professor licenciado adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da International Society of Family Law. Autor dos livros: Dicionário de Direito das Famílias e Sucessões; Divórcio – Teoria e Prática; Sexualidade vista pelos Tribunais; Princípios norteadores do Direito de Família. Coordenador e autor de diversas outras obras jurídicas no Brasil. Membro do Conselho Editorial da Revista Científica do Instituto Brasileiro de Direito Civil, e da Revista Científica do IBDFAM.
2. Maria Berenice Dias: Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM. Mestra em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Presidiu a Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Criadora do JusMulher – Serviço de atendimento jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violência doméstica. Coordenou a elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero no Brasil. Diretora das Relações de Gênero da Curadoria da Bienal do Mercosul. Foi desembargadora no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Autora dos livros: Manual do Direito das Famílias, Manual das Sucessões, Alimentos: direito, ação, eficácia e execução, a Lei Maria da Penha na Justiça, União Homoafetiva – o preconceito e a Justiça, Filhos do Afeto, Divórcio. Coordenadora e autora de diversas outras obras jurídicas no Brasil.
3. Patrícia Corrêa Sanches: Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas pela Universidad Del Museo Social Argentino – Buenos Aires. Pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Cândido Mendes. Certificação em Direito Digital e Proteção de Dados pelo Instituto de Direito Contemporâneo, e de Implementação Prática da Lei Geral de Proteção de Dados. Presidente Nacional da Comissão de Tecnologia do IBDFAM. Professora da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná, da Escola Superior da Advocacia do Estado de São Paulo e do Doutorado em Ciências Jurídicas da UMSA/Buenos Aires. Membro do Conselho de Pareceristas Ad Hoc da Revista Direito, Estado e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora e coautora do livro Direito das Famílias e Sucessões na Era Digital, e coautora em diversas obras jurídicas no Brasil.
4. Ana Gerbase: Mestra em Métodos de Resolução de Conflitos pela Universidad Nacional Lomas de Zamora – Buenos Aires, Argentina. Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho. Pós-Graduada em Mediação de Conflitos com Ênfase em Direito de Família pela Universidade Cândido Mendes. Especialização em Direito e Saúde. Coordenadora do I Congresso Nacional de Alienação Parental da OAB-RS. Capacitação em Práticas Colaborativas. Advogada Colaborativa atuando em Direito das Famílias. Presidente Nacional da Comissão de Mediação do IBDFAM. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero do IBDFAM do Rio de Janeiro. Autora do livro: Relações Homoafetivas – Direitos e Conquistas. Coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.
5. Jorge Trindade: Procurador de Justiça do MPRS (inativo). Pós-doutorado em Psicologia Forense e do Testemunho pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Pt). Doutor em Ciências Sociais pelo ISCSP da Universidade de Lisboa. Doutor em Psicologia Clínica e Livre-docente

em Psicologia Jurídica. Licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais e em Psicologia. Atualmente trabalha como Parecerista em questões de Psicologia Jurídica de alta complexidade. Autor de diversas obras dentre as quais se destaca o Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito, atualmente na 10ª edição.

6. *Ricardo Calderón*: Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná-UFPR (Curitiba-Paraná-Brasil). Especialista em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Coordenador da pós-graduação em Direito de Família e Sucessões na ABDCONST – Academia Brasileira de Direito Constitucional. Diretor nacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Sócio fundador do Calderón Advogados. Membro consultor da Comissão de Direito das Sucessões do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; Vice-presidente da Comissão de Direito de Família da OAB-PR. Professor no Curso de Extensão em Direito de Família do Centro de Direito de Família da Universidade de Coimbra (Universidade de Coimbra, 2020); Palestrante no Summer School da ABDCONST em Roma (Universidade Roma TRE, 2022); Palestrante no II Congresso Internacional de Direito das Famílias dos Núcleos de Língua Portuguesa do IBDFAM (Faculdade de Direito de LISBOA, 2024); Palestrante no V Congresso Internacional da Associação Internacional de Juristas de Direito de Família - AIJUDEFA (Faculdade Católica do PORTO, 2024). Membro do IAP – Instituto dos Advogados do Paraná, do IBDCIVIL - Instituto Brasileiro de Direito Civil, do IBDCONT – Instituto Brasileiro de Direito Contratual, do IBERC – Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil e do CBAR – Comitê Brasileiro de Arbitragem. Autor de diversos artigos jurídicos.
7. *Fernanda Leão Barretto*: Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Professora da Escola da Magistratura da Bahia. Presidenta do IBDFAM da Bahia. Presidente Nacional da Comissão de Direito e Arte do IBDFAM. Autora de diversas obras jurídicas no Brasil. Professora exclusiva do Curso de Graduação em Direito da Universidade Salvador (UNIFACS). Professora convidada dos cursos de pós-graduação e extensão da Faculdade Baiana de Direito, do Centro de Ensino Jose Aras (CEJAS), da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), do Complexo Anhanguera - Rede LFG, e do Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS). Conselheira Estadual da OAB - Ordem dos Advogados da Bahia (2016-2021). Presidiu a Quarta e a Sexta Turma do Tribunal de Ética da OAB da Bahia. Membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB da Bahia. Coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.
8. *Silvana do Monte Moreira*: Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Atenção Psicossocial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Presidente Nacional da Comissão de Adoção do IBDFAM. Membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Coordenadora dos Grupos de Apoio à Adoção Ana Gonzaga I e II. Representante para o estado do Rio de Janeiro da Associação Brasileira Criança Feliz. Coordenadora dos cursos de pós-graduação do IBDFAM em Proteção das Vulnerabilidades - Aspectos Processuais, Constitucionais e Materiais, e em Direito Digital com ênfase em Famílias e Sucessões. Autora dos livros: Adoção – Desconstruindo Mitos – Entre laços e entrelaço. Coordenadora e coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.



9. Ana Carla Harmatiuk Matos: Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía. Tutora in Diritto na Universidade di Pisa-Italia. Professora Titular em Direito Civil da Universidade Federal do Paraná na graduação, mestrado e doutorado. Vice-Presidente do IBDCivil. Diretora Regional-Sul do IBDFAM. Advogada militante em Curitiba. Conselheira Estadual e presidente da Câmara Especial da OAB-PR. Autora de livros e artigos em Direito Civil, com ênfase em Direito das Famílias e Sucessões.